

DÍVIDA EXTERNA

Brasil poderá receber créditos de US\$ 3 bi em 86

Telefoto FP

GILBERTO MENEZES CORTES
Enviado especial

SEUL — O Brasil pode receber mais de US\$ 3 bilhões em novos créditos do Banco Mundial (Bird), e dos bancos comerciais para refinarçar parte dos juros de sua dívida em 1986, previu ontem alto funcionário do Governo, ao comentar os aumentos de dois por cento nos créditos bancários às nações devedoras e de 50 por cento nos financiamentos do Bird, a serem propostos hoje pelo Secretário do Tesouro Americano, James Baker III. O número está dentro da margem admitida ontem pelo Ministro da Fazenda, Dilson Funaro, como o dinheiro novo necessário para refinarçar os juros brasileiros: US\$ 2 bilhões e US\$ 5 bilhões.

O Presidente do Banco Central, Fernão Bracher, está, no entanto, cauteloso quanto ao impacto dos novos créditos bancários aos devedores, sugerido pelos Estados Unidos:

— Temos de examinar muito bem como estes recursos serão condicionados. Dependendo da forma como eles serão utilizados, poderão servir para financiar boa parte do déficit público causado pelo impacto do custo financeiro da dívida externa (e dos juros) das estatais.

Esse é o ponto central das negociações que a nova cúpula da política econômica brasileira, à frente Funaro e Bracher, está tentando estabelecer com os países credores, o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e os bancos credores. Há uma mudança radical de postura em



Funaro explica aos repórteres os resultados de sua reunião com Paul Volcker

relação às administrações anteriores, que aceitavam em tese o diagnóstico do FMI sobre a natureza dos desajustes da economia brasileira, discordando apenas quanto à dose do remédio (a intensidade nos cortes dos gastos e investimentos públicos).

A tentativa de convencer pela lógica e pelo cansaço da evidência, segundo definição de um assessor qualificado do Ministro Dilson Funaro, explica por que o Brasil não tem pressa de discutir um programa de ajustamento com o FMI, nem de aprofundar o esquema de renegociação dos vencimentos, prazos e juros da dívida com os bancos, como deixaram claro Funaro e Bracher em uma entrevista aos jornalistas estrangeiros.

Bracher foi seco e desconcertante ao responder pergunta de um jornalista alemão sobre o estágio da renegociação da dívida com os bancos:

Não temos entendimento nenhum. Este desinteresse de apresentar já uma proposta concreta para o combate ao déficit público — à espera de uma definição de novos métodos de refinanciamento dos juros — desconcerta não apenas o Coordenador do Comitê de bancos credores, William Rhodes, que esperava um avanço na posição brasileira dentro da linha ortodoxa do FMI. O Diretor-Gerente do Fundo, Jacques de Larosière, voltou a insistir, em entrevista coletiva ontem à noite, na necessidade de redução dos gastos públicos, especialmente de custeio, em empresas estatais deficitárias.